



**Ambiente & Educação**  
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533

Volume 26 | nº 1 | 2021

Artigo recebido em: 28/06/2021

Aprovado em: 07/07/2021

## Silvano Carmo de Souza

[Doutor em Ciências Ambientais - UFSCar. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade. Graduado em Ciências Biológicas, Ciências Jurídicas e em Teologia. Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cáceres prof. Olegário Baldo. Coordena o Laboratório de educação e gestão ambiental].  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-7224-626X>

## Amadeu José Montagnini Logarezzi

[Pós-doutor em sociologia, Professor titular aposentado da Ufscar e Professor no PPG em Ciências Ambientais da UfSCar].  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1859-2764>

## Erika Patricia Lacerda Dias Souza

[Pedagoga, especialista em Psicopedagogia e em Educação Especial e Inclusiva. Professora da Rede Estadual de Educação no Estado de Mato Grosso].  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5197-8143>

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIALÓGICO-CRÍTICA: ABORDAGEM METODOLÓGICA E A ÉTICA TRADICIONAL RIBEIRINHA PANTANEIRA<sup>1</sup>

Dialogic-critical environmental education: methodological approach and traditional riverine ethics in Pantanal community

### Resumo

este artigo faz parte de uma tese de doutorado de educação ambiental cujo objetivo foi contextualizar a atividade pesqueira profissional artesanal em Cáceres no Pantanal de Mato Grosso. Este trabalho tem como principais referências teóricas os pensamentos freiriano e habermasiano, escopo em que as ações de pesquisa estiveram fundadas na metodologia comunicativo-crítica – MCC. Neste artigo tratamos da relevância da MCC como abordagem metodológica comprometida com a coordenação de ações que objetivam a transformação da sociedade a partir do diálogo igualitário. Também abordamos as características da ética tradicional ribeirinha pantaneira como proposta de reflexão e diálogo sobre possibilidades de superação comunicativa dos processos de colonização do mundo da vida das pescadoras/es pantaneiras/os.

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais; Educação ambiental; Pescadores; Pantanal; Metodologia comunicativo-crítica; Ética.

<sup>1</sup> Este artigo divulga parte dos resultados de uma tese de doutorado (SOUZA, 2017) que, além das aqui descritas, aborda ainda questões teórico-metodológicas da dialogicidade e da racionalidade ambiental, além de aspectos socioculturais relativos ao exercício da atividade pesqueira tradicional no Pantanal de MT, à participação de seus sujeitos no âmbito da formulação de políticas públicas e à conservação da diversidade biológica de peixes no Pantanal de MT.

## Abstract

This article is part of a doctoral thesis on environmental education whose objective was to contextualize the artisanal fishing activity in Cáceres in the Pantanal of Mato Grosso. This work has as its main theoretical references the Freirian and Habermasian thoughts, scope in which the research actions were based on the communicative-critical methodology – CCM. In this article, we deal with the relevance of CCM as a methodological approach committed to coordinating actions aimed at transforming society from an egalitarian dialogue. We also address the characteristics of traditional ethics in riverine Pantanal community as a proposal for reflection and dialogue on possibilities for communicative overcoming of the colonization processes of the lifeworld of Pantanal fishers.

**Keywords:** Traditional communities; Environmental education; Fishers; Pantanal; Communicative-critical methodology; Ethic..

## Introdução

*É mais fácil colocar a culpa na gente do que culpar quem planta soja e desmata as nascentes de nossos rios [...] é mais fácil culpar os mais fracos. Beija Flor<sup>2</sup>*

Este artigo faz parte de um conjunto de reflexões teórico-metodológicas e práticas realizadas na tese de doutorado intitulada “Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais” (SOUZA, 2017). Durante a elaboração desse trabalho dialogamos com pescadoras e pescadores tradicionais pantaneiros que vivem às margens do Rio Paraguai, em Cáceres-MT. Tratamos de assuntos relacionados a aspectos ambientais, políticos, econômicos e socioculturais que versam sobre o exercício da pesca profissional artesanal. Além de outras contribuições teórico-metodológicas, o autor lançou mão do referencial teórico freiriano (FREIRE, 2004) e habermasiano (HABERMAS, 2012a , 2012b) e como metodologia de pesquisa utilizou a metodologia comunicativo-crítica (GÓMEZ et al., 2006).

---

<sup>2</sup> Consensuamos, durante a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, que as/os pescadoras/es serão identificadas/os por codinomes. A maioria delas/es escolheu nomes de animais e plantas do Pantanal.

Considerando os fundamentos de uma educação ambiental dialógico-crítica apresentados recentemente por Logarezzi (2020), neste artigo fazemos uma reflexão sobre o potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica, tomando por base implicações teórico-práticas de sua utilização no âmbito de comunidades tradicionais pesqueiras pantaneiras. Também abordamos a relevância de seus postulados para a consecução dos trabalhos e coordenação coletiva das ações, a fim de que as vozes dos diversos sujeitos envolvidos na pesquisa sejam explicitadas e consideradas nos encaminhamentos decorrentes de sua realização (SOUZA; LOGAREZZI, 2017, 2018a).

Foi nessa caminhada, a partir da imersão que se deu no contexto da pesquisa e no aprofundamento do diálogo com os sujeitos nela implicados, que identificamos dialogicamente o que denominamos ética tradicional ribeirinha pantaneira (SOUZA; LOGAREZZI, 2018b). Trata-se do modo como comunidades de pescadoras e pescadores tradicionais pantaneiras/os se relacionam com o movimento das águas no Pantanal de Mato Grosso, como lidam com as plantas e os animais, como se relacionam entre si e com os que não pertencem ao seu mundo da vida *imediato*, como fazem cultura, política, economia, como anunciam a beleza do Pantanal e como denunciam os processos de destruição que avançam sobre esse bioma, enfim sobre seu território, seu lar, sua casa-comum.

### **O potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica: possibilidades dialógicas de desvelar os silêncios e explicitar as vozes**

Na apresentação do livro *Metodología comunicativa crítica*, Antonio Latorre, Montse Sánchez e Ramón Flecha fazem afetuosa homenagem (*in memoriam*) ao professor Jesús Gómez (Pato), um dos autores da obra. Ao tratar da dedicação e do compromisso do educador com o longo processo de formulação da metodologia, afirmam que

nem sequer nos momentos mais críticos de sua enfermidade, deixou de reler e fazer os últimos retoques antes de entregá-lo ao editor. A metodologia comunicativa crítica foi sua última leitura. [...] estava comprometido com os princípios educativos

da pedagogia crítica, com a política educativa de Comunidades de Aprendizagens (GÓMEZ et al., 2006. p. 5).

Afirmam que o professor Jesús Gómez estava comprometido com uma visão de “educação mais justa, equitativa e transformadora”. Também desejaram que “os anseios e as esperanças de Pato postos nessa metodologia transformadora e crítica possam se realizar” em todos os contextos onde a metodologia fosse utilizada.

Nesse sentido, cada postulado da metodologia<sup>3</sup>, consubstanciados em uma racionalidade comunicativa e crítica, encerra em si um conjunto de abordagens teóricas fundamentalmente comprometidas com a capacidade de voz e ação de todos os seres humanos, com vistas a promoverem processos de libertação propositadamente coordenados e comprometidos com a denúncia dos processos de colonização do mundo da vida e o anúncio de uma luta por sua superação.

Assim, o *esperançar* e o *compromisso com a transformação social* que têm movido as/os pesquisadoras/es e educadoras/es do Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade<sup>4</sup> (Crea) da Universidade de Barcelona, do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos; do Núcleo Unitrabalho da Unemat, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental – Gepea-Ufscar e de tantas outras entidades, núcleos e centros de estudos, pesquisa e extensão espalhados pelo Brasil e pelo mundo são os mesmos que nos motivaram e impulsionaram, aqui no Pantanal de Mato Grosso, na consecução dessa pesquisa de educação ambiental, numa perspectiva dialógico-crítica.

Com vistas à realização de uma pesquisa de educação ambiental transformadora, buscamos neste trabalho desenvolver dialogicamente uma atividade de pesquisa que pudesse contribuir com uma nova metodologia para

---

<sup>3</sup> i. Universalidade da linguagem e da ação; ii. as pessoas são agentes sociais transformadores; iii. racionalidade comunicativa; iv. sentido comum; v. inexistência de hierarquia interpretativa; vi. mesmo nível epistemológico e vii. conhecimento dialógico (GÓMEZ et al., 2006, 40-47).

<sup>4</sup> A partir de 2015 “Community of Research on Excellence for All” (Comunidade de Investigação de Excelência para Todos), conforme sítio da instituição, <http://crea.ub.edu/index/about/?lang=es>

os estudos com comunidades de pescadoras/es profissionais artesanais, a partir de uma abordagem comunicativa e crítica. A efetivação comunitária dessa atividade foi possível porque desde os primeiros encontros tínhamos em comum o compromisso vibrante com a *vida*, com as *peessoas*, com o *contexto*; vislumbrávamos diariamente as possibilidades de usufruir das belezas e dos encantos de nosso lugar no mundo, bem como identificávamos dialogicamente as possibilidades de enfrentamento e superação das multiformas de opressão a que essas comunidades de pescadoras/es são submetidas/os.

Também, diante das intempéries que se sucederam nesse processo investigativo – como dificuldades de sincronizar nossas agendas e enfrentamentos diversos – é importante ressaltar que o cumprimento desse compromisso aconteceu porque as pessoas do contexto em questão sentiram-se tão responsáveis por sua consecução quanto a equipe acadêmica. Existiram, evidentemente, responsabilidades de diferentes naturezas, mas para que a pesquisa acontecesse e seus desdobramentos continuassem sendo acompanhados foi (e é) necessário um engajamento notadamente comunitário, de modo a não negar a importância do sujeito, mas enxergar no encontro intersubjetivo as possibilidades de superação das situações-limites que se colocam como travas à emancipação. Não há, portanto, quem tenha feito algo *por* alguém, pelo contrário, caminhamos *juntas/os*, mediatizadas/os pela realidade em que estávamos implicadas/os e impulsionadas/os pelo compromisso com a utopia que vislumbrávamos.

Nesse sentido, nesta pesquisa objetivamos abordar a atividade pesqueira profissional artesanal desenvolvida no município de Cáceres-MT a partir do diálogo igualitário com pescadoras/es tradicionais, de modo a promover, simultaneamente, um processo de formação dialógico-crítica com elas/es, sobretudo tendo por base seus contextos de atuação. Para tanto lançamos mão de um referencial teórico-metodológico comprometido com a filosofia da práxis – com a pedagogia do oprimido (FREIRE, 2004). Por isso, além da realização de uma pesquisa diagnóstica e analítica, também nos dedicamos – a partir da radicalização do diálogo em desvelar intersubjetivamente o contexto social da pesca artesanal.

Desse modo, além de identificarmos dialogicamente as situações-limites atinentes à temática pesquisada que se destacaram como percepções na interação (enquadradas na MCC como elementos obstaculizadores), tivemos também a oportunidade de potencializar os processos educativos inerentes às práticas sociais tradicionais pantaneiras, bem como de *coordenar comunitariamente* ações de enfrentamento e de superação dos processos econômicos e políticos de opressão. Nesse sentido, nos valemos da potência de ação coletiva disponível na realidade concreta do contexto (associada aos elementos transformadores emergentes na análise dos dados pela MCC), mobilizando-a, sempre dialógica e criticamente, na ressignificação dos obstáculos em barreiras transponíveis, no delineamento de inéditos viáveis como desafios e na coordenação de ações constituidoras de atos-limites, nos termos da conscientização postulados por Freire (2004, p. 90-95).

Levando-se em conta os princípios da dialogicidade do pensamento freiriano, o agir comunicativo de Habermas, os princípios da aprendizagem dialógica de Ramón Flecha<sup>5</sup> e outras contribuições oriundas da teoria crítica, a metodologia comunicativo-crítica proporcionou – na medida de nossas disponibilidades e utopias – a todas as pessoas envolvidas, a possibilidade de participarem ativamente de todas as fases da pesquisa. Estabelecemos dialogicamente nossas agendas, procuramos – considerando sempre as nossas diferenças e proximidades epistemológicas – respeitar a pluralidade de dimensões existente em nossas interações, desde a identificação dos temas das políticas públicas acerca das quais nos debruçaríamos, dos locais e horários de encontros, das condutas interativas etc.

Desse modo, nesse processo educativo-ambiental e dialógico-crítico, estivemos diariamente envolvidas/os em contextos e situações de conflito socioambiental, marcadamente caracterizados pela *voz* e pelo *silêncio* dessas/es trabalhadoras/es oprimidas/os (nos termos de Paulo Freire), sendo

---

<sup>5</sup> Flecha (1997) apresenta os princípios da aprendizagem dialógica que devem se fazer presentes na pesquisa: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças.

que o silêncio interativamente percebido nessa pesquisa tem pelo menos duas faces, que podemos de maneira sintética assim descrevê-las.

1) O *silêncio decidido*: trata-se de uma expressão de denúncia e de *reserva de saberes*, caracterizada inicialmente pela falta de confiança das/os pescadoras/es tradicionais com a/o interlocutora/or. Notamos que, especialmente no âmbito da realização de pesquisas acadêmicas, bem como no campo da política partidária, esse silêncio decidido representa uma denúncia contra o descumprimento de acordos e promessas feitas durante décadas, tanto por pesquisadoras/es como por candidatas/os a pleitos eleitorais. Trata-se também de uma denúncia explícita contra a expropriação de territórios e consequente negação da cidadania. Também identificamos esse tipo de silêncio na relação de *concorrência comercial* que existe entre as/os diversas/os usuárias/os do rio, diferentemente do que acontece entre elas e eles (relação marcada pela troca de informações). Dificilmente uma pescadora/or tradicional artesanal revelará (todas) suas estratégias de pesca a uma/um pescadora/or amadora/or. Esse silêncio, inclusive, muitas vezes é revertido em uma “mentira” ou “estória”, a conhecida *mentira de pescador ou estória de pescador*, que chamamos em nossa pesquisa de “*reserva de saberes*”.

A título de exemplo, várias vezes em que acompanhávamos a atividade pesqueira das pessoas envolvidas em nossa pesquisa, quando *pescadoras/es amadoras/es* perguntavam: “tá saindo peixe aí?”, “qual isca o senhor está utilizando?”, mesmo que tivéssemos tido um dia bastante piscoso/produtivo, pouquíssimas vezes as pessoas com quem convivemos afirmaram que sim, que o ponto era bom de pesca e/ou declararam a isca ideal para a pescaria. Poderíamos listar aqui muitos exemplos, mas importa-nos considerar, pelo menos *a priori*, que o silêncio revertido em *reserva de saberes*, portanto, é, em grande medida, forma de resistência<sup>6</sup> (FREIRE, 2015), estratégia de defesa de

---

<sup>6</sup> Com base na dialética do senhor e do escravo de Hegel (2002, p. 132-133), Freire (2015) afirma que nosso “passado escravocrata não se esgota apenas na experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo humilhado que “obedece” para não morrer, mas na relação entre eles. E é exatamente obedecendo para não morrer que o escravo termina por descobrir que “obedecer”, em seu caso, é uma forma de luta, na medida em que, assumindo tal comportamento, o escravo sobrevive. E é de aprendizado em aprendizado que se vai fundando

seu território tradicional de pesca, de sua cultura, de sua fonte de subsistência. Sempre que íamos participar de alguma reunião fora do contexto cotidiano, o pescador Curimbatá dizia às/aos demais pescadoras/es: “*gente, não vamos falar tudo, se falar tudo amanhã nós não temos mais nada*”, “*quando esse povo do governo perguntar você fala só um pouco, se falar demais ele volta pra proibir você de pescar ali nesse[...]*”.

Especialmente no início de nossas atividades, falas como estas eram muito comuns, tratando-se evidentemente de uma importante estratégia de sobrevivência, a qual, depois de tudo que experienciamos ao lado delas/es, entendemos ser importante que seja por elas/es problematizada como reserva de saberes a fim de que políticas públicas que versem sobre a garantias de direitos, a exemplo do que já prevê a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sejam plenamente efetivadas.

2) O *silêncio infligido*: resultado do silenciamento que pode se dar de forma consciente (ou seja, sabem de seus direitos, mas *optaram* conscientemente por não reclamá-los) ou alienada (fruto da colonização de seu mundo da vida, alienação social, nos termos de Chauí (2008)). O que chamamos de silêncio infligido *consciente* é antes de tudo defesa de suas vidas, estratégia de manutenção da vida de seus familiares. Portanto estamos diante de um silenciamento duramente imposto não somente pelas estruturas do capital (que também expoliam suas vidas), mas também imposto por setores que cometem crimes (não somente crimes ambientais!) no Pantanal. Já o silêncio infligido *alienado* (agora majoritariamente empreendido pelo capital e convenientemente ignorado por algumas/uns agentes do Estado), é resultado do processo histórico de colonização de seu mundo da vida. Diante desse cenário, Freire (1992), ao tratar do *silêncio das/os camponesas/es*, nos convida a fazer as seguintes reflexões:

temos perguntado, investigado, procurado saber as razões prováveis que levam camponeses ao silêncio, à apatia, em face de nossa intenção dialógica? E onde buscar estas

---

uma cultura de resistência, cheia de “manhas”, mas de *sonhos* também. De rebeldia, na aparente acomodação” (p.149, grifos do autor).

razões, senão nas condições históricas, sociológicas, culturais, que os condicionam? Admitindo uma vez mais as mesmas hipóteses para efeito de raciocínio, diremos que os camponeses não recusam o diálogo porque sejam, por natureza, refratários a ele. Há razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo. Sua experiência existencial se constitui dentro das fronteiras do antidiálogo” (FREIRE, 1992, p. 48).

Deste modo, tanto num como noutro tipo de silêncio infligido, há uma indignação intrínseca (um amargor e um grito reprimido!). Em ambos os casos, o silêncio é ensurdecador, por isso também *há uma voz no não dito*, uma voz que denuncia essas “razões de ordem histórico- sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo” (FREIRE, 1992, p. 48). Portanto, pesquisas como esta, comprometidas com a práxis freiriana, com a promoção de uma consciência popular<sup>7</sup> que caminha na direção de uma consciência crítica, devem suscitar espaços dialógicos na esfera pública e também promover espaços *de luta política*, que oportunizem a pronúncia de suas angústias e de seus enfrentamentos diversos (ressalte-se aqui o cuidado com as identidades dessas pessoas, pois estamos tratando de espaços crivados por conflitos socioambientais); também que proponham comunicativamente ações político-coletivas, envolvendo as comunidades pesqueiras, as/os agentes do Estado e as/os do mercado, com vistas à coordenação de ações que vislumbrem a superação dos problemas a que estão implicadas/os na antialogicidade característica das sociedades contemporâneas predominantes.

### **A ética tradicional ribeirinha pantaneira: reflexões teóricas**

*Nós temos nosso jeito de viver lá no barraco [acampamento tradicional de pesca] da gente, vocês têm outro jeito*

---

<sup>7</sup> Para Freire (1980) “o aparecimento da consciência popular supõe, senão a superação da “cultura do silêncio”, ao menos a presença das massas no processo histórico que vai pressionando a elite no poder. Pode ser compreendida somente como uma dimensão de um fenômeno mais complexo: ou melhor, a emergência da consciência popular, apesar de ser ainda ingenuamente transitiva, *constitui também um momento de desenvolvimento da consciência da elite do poder*. Numa estrutura de dominação, o silêncio das massas populares não existiria se não fosse pelas elites do poder que as mantêm em silêncio: não poderia haver uma elitedo poder, se não fossem as massas” (p. 68).

*de viver totalmente diferente aqui na cidade! Lambari*

Em Souza e Logarezzi (2018b), tratamos do exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira, abordando o papel do trabalho na constituição dos sujeitos, pescadoras e pescadores tradicionais pantaneiros, e na emergência dessa ética. Também discutiram sobre processos complexos que envolvem conceitos importantes, como liberdade, necessidade, contingência, constrangimento e possibilidade, sempre considerando a interdependência que existe entre as comunidades pantaneiras e o movimento das águas dos rios que formam o Pantanal de MT.

É da empatia com o pescador Lambari (com décadas de vivência no Pantanal) em um de seus dias de atividade por nós acompanhado, ainda no início de nossa pesquisa em campo, no mês de março de 2015, que de sua longa fala da qual foi extraída a epígrafe desta seção. Na ocasião tratávamos das práticas sociais da pesca tradicional e dos processos educativos nelas implicados. Lambari discorria sobre seu *compromisso* com a conservação da biodiversidade pantaneira, sobre seus *temores* diante do avanço do agronegócio, de seu *orgulho* por ser um dos responsáveis pela manutenção da cultura tradicional pantaneira, suas *angústias* com respeito ao futuro da pesca artesanal, de seu *desespero* diante da crescente injustiça socioambiental que avança sobre as comunidades tradicionais pesqueiras dessa região.

*Professor, eu pesco nesse pantanal tem mais de 40 anos, eu conheço cada canto desse rio. Tanto pra cima, quanto pra baixo, mas principalmente pra baixo, lá no Pantanal mesmo! Nós não moramos mais lá pra baixo o ano inteiro porque esses políticos não deixam, mas minha vida toda eu fiquei lá, tudo que eu sei eu aprendi nesse rio com esses companheiros aqui. O seo [Pescador Bagre Cabeçudo] pode confirmar o que eu estou falando, a nossa vida não é daqui, é de lá. Nós temos nosso jeito de viver lá no barraco [acampamento tradicional de pesca] da gente, vocês têm outro jeito de viver totalmente diferente aqui na cidade! [...] Lambari*

O que nos chamou a atenção nesse diálogo com o pescador Lambari foi a ênfase que ele deu na distinção entre a maneira de viver das/os pescadoras/res tradicionais e o modo de vida urbano industrial. Por várias

vezes, tanto ele quanto o pescador Bagre Cabeçudo, falaram demoradamente que seu modo de vida é diferente do modo de vida urbano. Assim, debruçamos sobre notas e transcrição de vários outros relatos de pescadoras e pescadores que reiteravam que sua relação com o ambiente natural, com os ciclos ecológicos do Pantanal, era fundamentalmente marcada pelo ciclo das águas, o pulso de inundação (DA SILVA; SILVA, 1992, 1995). Suas vidas eram entretecidas pelo ritmo das águas, os modos de produção e de apropriação dos bens ambientais e, em grande medida, levavam em consideração a dinâmica ecológica do Pantanal. Tanto quanto exposto por Nascimento (1995), sua temporalidade (tempo da natureza) é diferente da temporalidade imposta pelo mercado capitalista (tempo do relógio).

Diante disso, fomos identificando que há um conjunto de valores típicos dessas comunidades pesqueiras, valores esses constitutivos de sua cultura tradicional ribeirinha. Destaque-se ainda que esses valores são quase sempre arrolados quando elas/es falam de sua autoreferência e cuidado recíprocos: “*eu sou pantaneira, eu respeito cada peixinho*” Ximburé; “*só cuida quem ama*” Rosa; “*eu confio totalmente no [pescador Pacu Peva] ali no [ponto de pesca], onde a gente fica tem muita onça, mas se ele está acordado eu durmo tranquilo*” Pintado; “*eu e a [pescadora Piau] estamos juntas desde [...], a gente cuida uma da outra, se não fosse assim eu já teria morrido [se referindo aos perigos da pesca noturna]*” Mutum. “*Nesse grupo nosso de pescador todo mundo ajuda o outro, a gente só vem de lá quando todo mundo já completou a cota [se referindo à cota semanal de 125 quilos de pescado]*” Pataquinha. São muitos os relatos onde estão implícitos e explícitos valores como amizade, solidariedade, responsabilidade, cuidado, alteridade.

Assim sendo, à luz do que propõe a professora Marilena Chaui (CHAUI, 2008), entendemos ser importante referenciar brevemente alguns conceitos filosóficos, para então tratarmos do que consensuamos chamar na pesquisa de *ética tradicional ribeirinha pantaneira* (SOUZA; LOGAREZZI, 2018b).

Para Chaui (2008) o senso moral diz respeito à *maneira como nos sentimos* diante de alguma problemática, de alguma experiência que nos envolva ou que envolva outras pessoas. Por exemplo, no dia a dia da pesca

pantaneira é muito comum nos depararmos com famílias de pescadoras/essendo submetidas a condições de trabalho análogo ao de escravidão<sup>8</sup>. Para tanto, basta *conviver* com algumas/uns pescadoras/es que trabalham grande parte da temporada de pesca para pagar dívidas oriundas de empréstimos feitos de “agiotas do peixe” (SOUZA; LOGAREZZI, 2017). Diante de uma situação como esta muitas/os de nós sentiremos indignação, asco, revolta, raiva, repulsa, sentimentos que revelam nosso *senso moral*. Para Chauí (2008) esses sentimentos e as ações desencadeadas por eles exprimem nosso senso moral, isto é, a *maneira como avaliamos nossa situação e a de nossos semelhantes* segundo ideias como a de justiça e injustiça (p. 305, grifo nosso).

Por outro lado, diante de tal situação fatídica, mesmo que ninguém nos pressione, seremos chamadas/os a *decidir* sobre o que fazer. Mesmo se o que fazer seja um *não-fazer* – seja a *omissão* e o *silêncio propositados* tão comuns nessa região do Brasil –, teremos que escolher, que deliberar. Assim, possivelmente, ficaremos em dúvida sobre quais encaminhamentos tomar; será que devemos denunciar ação dessas/es agiotas? Colocaremos nossas vidas em risco? É melhor que fiquemos caladas/os? Proporemos alguma ação educativa que envolva agiotas e pescadoras/es? Afinal, teremos que dar respostas para nós mesmas/os e para as/os outras/os, pois nossa condição humana de seres que vivem em sociedade exigirá a assunção de um posicionamento. Assim, são as nossas inquietações e dúvidas *sobre o que fazer diante das contingências, das dores e das belezas da vida*, implicadas em nosso senso moral, que expõem a nossa *consciência moral*. A *consciência moral*, portanto, envolve as nossas *decisões*, nossa capacidade de julgar, de atribuir valor a estas decisões. E assim

situações como essas – mais dramáticas ou menos dramáticas – surgem sempre em nossa vida. Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam nosso senso moral (isto é, nossos sentimentos quanto ao certo e o errado, justo e o injusto), mas põem à prova nossa *consciência moral* (CHAUI, 2008, p. 306, grifo da autora).

---

<sup>8</sup> Sobre as formas contemporâneas de escravatura sugerimos a leitura da ficha informativa sobre direitos humanos nº 14 do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Também o Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, disponível em <http://www.oit.org.br/node/312>

Desse modo, no âmbito da práxis libertadora (FREIRE, 2004), como temos discorrido nesse artigo, não há de falar de senso moral dissociado da consciência moral, pois ambos são expressões de nossa existência, manifestações de nossa humanidade. Humanidade que se dá entre nossos *existires coletivos*, seja na partilha ou na dissenção, mas sempre na na coexistência, na interação humana e na relação sociedade/natureza, portanto na história. Assim, senso moral e consciência moral dizem respeito aos “valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade e ao exercício da liberdade. [...] são por *isso constitutivos de nossa existência intersubjetiva*, isto é, de nossas relações com outros sujeitos morais” (CHAUI, 2008, p. 307, grifo nosso).

Deste modo, o senso moral e a consciência moral, por serem predicados humanos, são produções sociais, encarnam-se na materialidade histórica, se dão na concretude da vida em seu permanente desenvolvimento. Assim, o conjunto de valores, sentimentos e as decisões que os compõem (originando-os ou sendo deles decorrentes) também são elaborações que se dão na cotidianidade. Chauí (2008) afirma que, frequentemente,

não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral, porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais ou fáticos, existentes em si e por si mesmos. Por que isso acontece? Porque, para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a naturalizá-los [...]. A naturalização da existência moral esconde, portanto, a essência da moral, ou seja, que ela é essencialmente uma criação histórico-cultural, algo que depende de decisões e ações humanas (CHAUI, 2008, p. 307).

Senso moral e consciência moral compõem o todo humano, entremesclam a imbricação sócio-cultural-natural que *nos constitui* no inacabamento característico de nossa humanidade. Humanidade essa que vai sendo elaborada a partir de nossas interações com outras/os humanas/os, com os demais seres da natureza e com o ambiente – nos termos de Marx (2004), com os seres sociais, os orgânicos e os inorgânicos.

Nessa acepção teórica, os valores éticos são nossa criação, decorrência de nossa vontade como coletividade que interfere no mundo para viver nele,

dele e com ele, humanizando-nos nessa interação, a qual inclui o compartilhamento de nossa existência com as pessoas<sup>9</sup>, que ao mesmo tempo humaniza o mundo. No contexto do pensamento freiriano, Loureiro e Franco (2014), ao tratarem da unidade dialética linguagem-trabalho, afirmam que

compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo e explicá-lo são, portanto, acontecimentos que se efetivam na linguagem, porém, a linguagem em si não produz transformação. Ao indagar-se, o ser humano desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de optar, decidir de escolher [...] e ao exercer sua liberdade de escolha na ação que desenvolve não muda apenas o mundo, muda sua posição diante do mundo (LOUREIRO; FRANCO, 2014, p. 158).

A partir de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2003; 2006; 2010) e dialógica (FREIRE, 2004), as reflexões que fazemos sobre os valores morais, sobre nossas decisões, sobre nossas ações/omissões, apontam para o imperativo da formulação/divulgação/promoção de uma ética que propõe a superação dos processos de colonização do mundo da vida, que apontam para o cuidado recíproco, para a cidadania, para a concidadania<sup>10</sup>, para o respeito às diferenças que valorize o diálogo e denuncie a opressão; que anuncie a beleza da partilha, as possibilidades de superação dos problemas de modo intersubjetivo, tomando isso como responsabilidade substantivamente humana. Onde mulheres e homens, a despeito de suas diferenças, possam deliberar sobre suas vidas, respeitando a dignidade dos existires dos demais seres humanos e dos demais seres da natureza. Trata-se da defesa de uma *ética socioambiental*, consubstanciada em nossa capacidade de linguagem e ação com *vistas à manutenção da vida digna* em cada canto dessa terra.

Assim, considerando nosso permanente vir-a-ser, Boff (2000) afirma que esta ética socioambiental somente se implementará diante de uma

---

<sup>9</sup> Ao tratar de nossa busca pela humanização a partir de uma ética do bem viver fundada na interação sociedade/ambiente, Freire (1969) considera que “o ponto de partida dessa busca está no próprio homem. Mas, como não há homem sem mundo, o ponto de partida da busca se encontra no homem-mundo, isto é, no homem em suas relações com o mundo e com os outros. No homem em seu aqui e agora. *Não se pode compreender a busca fora desse intercâmbio homem-mundo*” (p. 126, grifo nosso).

<sup>10</sup> Para Boff (2007) “significa a cidadania participativa, vivida pelos movimentos sociais, pela qual cidadãos se unem a outros cidadãos para lutar por seus direitos. Cidadania define a posição do cidadão em face do Estado. A concidadania define o cidadão em face de outro cidadão” (p. 128).

consciência eminentemente fundada na responsabilidade com “o destino comum de todos os seres. Dessa consciência, vai se *formando lentamente uma nova cultura ecológica, o predomínio de um novo paradigma mais reverente e integrador para com o meio ambiente*” (BOFF, 2000, p. 63, grifo nosso). Daí a importância de conhecermos e compartilharmos, pela via dialógica, modos de pensar e agir *com o mundo*, que promovam uma consciência histórica<sup>11</sup> e coletiva de convivência; que irrompam – mesmo que para nossa *temporalidade* urbana e industrial pareça ser incipiente – e denunciem corajosa e comunitariamente o individualismo, que também coletivamente busquem superar as problemáticas socioambientais nas quais estamos todas/os implicadas/os.

### **Características da ética tradicional ribeirinha pantaneira: pontos para reflexão**

Considerando nossa convivência com as pescadoras/es tradicionais no Pantanal de Mato Grosso e o aporte teórico e metodológico que utilizamos nesta pesquisa, Gómez et al. (2006), Freire (2004), Habermas (2012a; 2012b), Flecha (1997), Aubert et al. (2008), Leff (2006; 2010a; 2010b) e outras/os, identificamos nos espaços de diálogo diversas práticas sociais das quais decorrem processos educativos transformadores, práticas estas fundadas e entremescladas a valores socioculturais que assinalam para uma ética referida por um bem viver coletivo. A seguir as elencamos e as descrevemos sinteticamente.

- a) *Responsabilidade com valores humanitários*: é muito comum encontrarmos pescadoras/es questionando/enfrentando valores morais (implicados em leis, normas, regulamentos estatais) que desrespeitam questões humanitárias. A título de exemplo, podemos citar a persistente denúncia que elas e eles fazem do esvaziamento sociocultural das

---

<sup>11</sup> Ao tratar da conscientização e sua relação com a materialidade histórica, Freire (1980) afirma que “a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo” (p. 26).

normas (SOUZA; LOGAREZZI, 2018a) que regulamentam a conservação da biodiversidade pantaneira (p.ex. a Lei estadual nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008, que trata da Gestão da Bacia do Alto Paraguai) e das que versam sobre seus direitos sociais, como as relacionados à previdência social, notadamente sobre o seguro-desemprego durante o defeso (época de reprodução dos peixes).

- b) *Respeito ao ambiente natural*: a relação sociedade/ambiente na qual elas/es estão envolvidas não está fundada, majoritariamente, em uma racionalidade instrumental. Pelo contrário, prevalece uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006), em que sua relação com as águas, com as aves, com as plantas, com os peixes, com a lua, não é de dominação (como prevalentemente acontece nos modos de apropriação/interação fundados na racionalidade instrumental), mas de cumplicidade, de interdependência, de pertencimento.
- c) *Disposição ao diálogo*: durante a atividade pesqueira essas/es trabalhadoras/es passam horas dialogando sobre as condições do tempo, da água, do movimento dos peixes etc., um diálogo que é uma constante na convivência delas/es, em que espontaneamente se fazem no mundo, com o mundo e com as pessoas. Aqui não há negação dos muitos conflitos internos, nem da antialogicidade característica das sociedades contemporâneas – até porque entendemos que no *diálogo verdadeiro* as tensões e os dissensos sempre serão uma possibilidade –, pois assim como entre elas/es em quaisquer outras comunidades, sejam elas tradicionais ou não, os conflitos de interesse fazem parte da cotidianidade. Mas, a despeito destes antagonismos, há, entre elas e eles, uma prontidão à superação dos conflitos pela via do diálogo, pela busca interativa do entendimento. Sobre essa disposição e com vistas à *produção do conhecimento dialógico* (GÓMEZ, et al., 2006), importa destacar que, na medida em que nos aproximávamos em *confiança*, também nossos diálogos eram menos desconfiados, mais densos, mais próximos, por isso mais sinceros e íntegros, mobilizando assim a potência transformadora do conhecimento.

- d) *Criatividade comunitária*: em função das ameaças e perdas de direitos, estas comunidades pesqueiras têm desenvolvido tecnologias sociais pantaneiras eminentemente correlacionadas aos seus saberes tradicionais. Mais do que adaptadas ao ambiente, são em grande medida resposta aos ataques do capital. Quando tratamos das proibições do uso de alguns apetrechos que antes eram frequentemente utilizados, ou da proibição do corte de algumas árvores que eram utilizadas para a confecção desses apetrechos, elas/es disseram longamente *sobre como têm tentado* superar comunitariamente restrições constrangedoras.
- e) *Perseverança enfrentante*: talvez esta seja uma das características (valores) marcadamente mais presentes no cotidiano da atividade pesqueira artesanal. A despeito de todos os constrangimentos (CHAUI, 2011, p. 273-274) e perdas, há uma disposição permanente à aprendizagem intergeracional e ao enfrentamento dos mais variados tipos de desafio que surgem frequentemente no dia a dia das populações socialmente menos protegidas, particularmente das pescadoras e dos pescadores artesanais.
- f) *Lealdade comunitária*: é um valor que salta os olhos de quem não está acostumada/o com os riscos e perigos da atividade pesqueira. Mesmo para pescadoras/es profissionais experientes, a pesca noturna em algumas regiões do pantanal é muito perigosa, sobretudo, quando não se tem logística e infraestrutura necessária para a realização da atividade, exigindo alianças fortalecedoras. Frases como: “*pescador de verdade não deda [não denuncia] pescador*” Jejum; “*de nosso grupo, o que um sabe os outros sabem*” Martim Pescador; “*dessas pessoas que o senhor está vendo aqui, ou vamos todos nós, ou não vai ninguém lá pra baixo*” Cachara. Assim, mesmo diante das dificuldades relacionadas à segurança, por exemplo, estas/es trabalhadoras/es confiam suas vidas umas/uns às/aos outras/os, justamente porque estão convictos da coerência entre o que dizem e o que fazem e das relações de compromisso e de solidariedade entre elas e eles, como parte da lealdade ao mundo que partilham e juntos constroem historicamente: a

vida é luta e nela juntas/os estão, na proximidade de seus corpos e na comunhão dos sentidos que a ela dão.

- g) *Pertença pantaneira*: para a maioria das pescadoras/es profissionais artesanais com quem dialogamos, os processos de humanização implicam sua relação com o ambiente. Dizem que vivem em função do Pantanal. Por isso usamos neste trabalho o conceito de território de Milton Santos (SANTOS, 1999), pois estamos nos referindo ao espaço encarnado, usado, humanizado.
- h) *Respeito intergeracional*: com vistas à manutenção da cultura tradicional pantaneira, desejam que suas filhas e seus filhos continuem desenvolvendo a atividade pesqueira artesanal, por isso lhes transmitindo parte significativa de seus saberes. Entretanto, identificamos que elas/es não obrigam que suas/seus descendentes sejam pescadoras/es profissionais artesanais; também não interpretam a tradição como algo estático, imobilizado. Pelo contrário, verificamos uma abertura à incorporação de novas ideias, como o aceite de sugestões nas estratégias tradicionais de pesca.
- i) *Responsabilidade coletiva com a manutenção da tradição*: tanto para a consecução da atividade econômica propriamente dita, quanto para a feitura de apetrechos, há uma cooperação permanente no dia a dia da pesca. Importante destacar que, mesmo que haja um “jeito de fazer” há muito praticado – que, portanto caracteriza a tradição –, em função da liberdade comunicativa, especialmente no que diz respeito às estratégias de pesca (modo de fixação de apetrechos, horário de saída e retorno para o ponto de pesca, iscas a serem utilizadas, locais e horários para navegação etc.), é muito comum verificarmos as/os mais jovens fazendo sugestões e aos poucos estas sugestões sendo acatadas<sup>12</sup> e, assim, incorporadas aos modos de produção da vida

---

<sup>12</sup> Tanto quanto os seres humanos são históricos e humanizam-se na relação com o ambiente através do trabalho (MARX; ENGELS, 2007), também sua cultura tradicional, por ser sua produção, não é estanque, inerte. Nesse sentido, a tradição aqui, como já dissemos, não é apropriada como algo estático, imobilizado, mas histórico, encarnado, humanizado. Como apontado por Diegues (2001a), “as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas

material delas/es. Em nossos diálogos com elas/es, percebemos que não se trata da relativização da tradição, mas da valorização dos aspectos intersubjetivos da convivência social.

- j) Solidariedade interna: o que estamos chamando aqui de solidariedade interna é a disposição delas/es em compartilhar suas vidas com outras/os pescadoras/es tradicionais. Esta disposição se manifesta nos gestos de generosidade sempre presentes entre os grupos de pescadoras/es que exercem a atividade econômica conjuntamente. Diferentemente do que prevalece nas relações fundadas em uma racionalidade instrumental, em que algumas/uns privilegiadas/os, “porque portadores dos conhecimentos técnicos e científicos, são os ‘competentes’, cabendo-lhes a direção da sociedade” (CHAUI, 2008, p. 408, destaque da autora), a posse do conhecimento tradicional pantaneiro, em grande medida, não representa, nos dizeres delas/es, condição de imposição de ideias (não representa poder para a prescrição unilateral das decisões sobre onde e como pescar, por exemplo), mas maneira de moderar, auxiliar as relações, especialmente no que diz respeito ao dia a dia da prática pesqueira. Também notamos que entre elas/es não prevalece a compreensão de que existam pessoas competentes e pessoas incompetentes para a pesca, mas pescadoras/es com habilidades diferentes, decorrentes de diferentes experiências. Afirmam que, em função disso, umas/uns têm mais sabedoria e/ou sorte para capturar um certo tipo de peixe e as/os outras/os para pegarem outros tipos, sendo todas/os importantes. Identificamos isso diariamente na partilha dos territórios tradicionais de pesca, no uso comum de apetrechos tradicionais de pesca, na troca de informações sobre movimentação de cardumes de peixe e sobre a ação/inação da fiscalização e, ainda, na divisão de tarefas durante a reforma ou a confecção de apetrechos e de embarcações. Esta solidariedade também se manifesta para superar as dificuldades de

---

em um modo de produção que denominamos de *pequena produção mercantil*. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista de países periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos” (DIEGUES, 2001a, p. 93, grifo no autor).

acesso à informação, as divergências entre as lideranças das entidades e o descaso do Estado, além da ação de atravessadoras/es e/ou agiotas do peixe. Como apontamos em Souza e Logarezzi (2017a), elas/es desenvolveram redes internas de solidariedade que têm lhes dado condições materiais de sobrevivência.

### **Algumas considerações**

Em tempos de negação dos direitos humanos fundamentais a extratos da população ao redor do mundo (direito ao trabalho em condições dignas, acesso a saúde, a água/alimento, a moradia, a lazer, a cultura etc.), dias em que o capital não esconde sua face mais hedionda, a saber, o ímpeto de submeter as comunidades mais vulneráveis à necropolítica – cerciando-lhes o direito aos territórios tradicionais, atacando sua cultura, negando seus valores e seu modo de vida –, é necessário dialogarmos sobre maneiras de se relacionar com o mundo que sirvam de exemplo na direção da promoção de um mundo mais justo, solidário, sintonizadas com um modo de vida descolonial.

Há, sobretudo em função da história de luta de comunidades tradicionais pesqueiras como as participantes deste trabalho, um conjunto de saberes e de práticas que notadamente apontam para uma sociedade que, a despeito de suas contradições, nos oferece epistemologias que possibilitam contrastar o modelo neoliberal de apropriação da vida, de colonização do mundo da vida, com formas solidárias de se relacionar com os outros.

Por outro lado, importa também considerarmos os problemas internos dessas comunidades pesqueiras. Em um cenário em que se consolida uma geopolítica estatal fundamentalmente comprometida com setores do agronegócio mato-grossense, é evidente que também encontremos entre aquelas pessoas uma conduta de reprodução do modo de vida capitalista. Deparamo-nos com a concorrência desmedida, com o individualismo, com o desrespeito ao ambiente, com a pesca predatória etc. Entretanto, a despeito disso, há também, sobretudo entre aquelas e aqueles que realmente vivem da pesca tradicional, como listamos acima, um conjunto de práticas sociais, de

valores e de processos educativos que nos remete a maneiras mais justas e solidárias de nos relacionarmos com o mundo e com as pessoas.

Habermas (2012a; 2012b), ao propor a teoria do agir comunicativo, objetiva a promoção de uma ética intersubjetivamente instituída na possibilidade de superação coletiva dos processos de colonização do mundo da vida, uma ética fundada em princípios universais (HABERMAS, 1990; 1997), onde destacam-se a *necessidade de observância da igualdade de direitos humanos e o respeito pela dignidade dos seres humanos*. O autor considera que todas e todos são capazes de linguagem e ação e com isso podem buscar transformar sua realidade com vistas ao bem viver.

Por sua vez, em todo o pensamento freiriano há uma *ética humanista*, a qual não se circunscreve a um lugar no mundo. Uma ética que, a partir de um dado lugar no mundo, *se faz* transformadora na práxis libertadora que deve ocorrer nos mais variados cantos do mundo. Esta práxis, dialógico-crítica, libertadora, se dará numa relação dialética *com* o mundo, a partir da preocupação com o *bem viver*, com a *humanização* diante de um horizonte marcado pelo desafio ontológico de *ser mais*, com a superação dos processos de opressão, com a conscientização atenta à dignidade da pessoa humana, com o cuidado com a terra. Portanto, Freire propôs uma ética fundamentalmente comprometida com as transformações sociais. Leonardo Boff (2015), no prefácio da obra *Pedagogia da esperança*, afirma que *Pedagogia do oprimido*

é mais que um livro, é antes uma prática pedagógica que, num momento de seu processo de constituição, ganhou corpo numa escritura. Prática pedagógica que parte de *uma clara opção ético-humanista prévia: o amor ao ser humano oprimido contra a sua opressão e em favor da vida e da liberdade*. Esse ser humano oprimido constitui *as grandes maiorias humilhadas, marginalizadas e excluídas do Brasil, da América Latina e do Mundo*. É oprimido fundamentalmente porque internalizou dentro de si o opressor que lhe tolhe a voz, a palavra, a ação autônoma e a liberdade. Esse ser oprimido tem muitos rostos: é o explorado econômico, é o condenado à ignorância, é o negro, o índio, o mestiço, a mulher, o portador de qualquer marca produtora de discriminação (BOFF, 2015, p. 9, grifo nosso).

Assim, o que estamos tecendo nessas breves considerações não diz respeito a uma idealização do modo de vida dessas pescadoras e pescadores, sugerindo que temos, no contexto dessa ética tradicional ribeirinha pantaneira – em que a tradição é ressignificada em seu cotidiano – muito a aprender com elas e com eles. Como nos ensinado por Freire (2015) “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (p. 126). Não se trata, portanto, de ocultar os conflitos e as tensões que atualmente também fazem parte do dia a dia dessas comunidades, mas de compreender que não podemos ignorar, olhando para hoje e para o futuro, as contribuições que estas comunidades têm a oferecer na permanente procura humana por uma ética do bem viver.

Assim, diante dessas breves considerações sobre o potencial transformador da metodologia comunicativo-crítica tal como evidenciado neste trabalho, bem como sobre nossa percepção da ética do bem viver experienciada pelas pessoas aqui envolvidas, importa-nos destacar que somente diante de um campo dialogal constituído com paciência e temperança – desprendido de hierarquias interpretativas e desníveis epistemológicos – é que podem ser dialogicamente propostas e desenvolvidas ações educativas que de fato caminhem na direção de superar coletivamente os problemas concretos em que estas pessoas estão envolvidas e que as desafiam diariamente.

Por fim, identificamos dialogicamente que há, em função do giro dialógico e da solidariedade interna, característicos da *ética tradicional ribeirinha pantaneira*, acima comentada, um crescente interesse delas/es em participar, tanto das discussões sobre as tomadas de decisão de suas entidades (Associação de pescadores profissionais de Cáceres, Appec, e na Colônia de pescadores, Z2), quanto dos processos de formulação do ordenamento pesqueiro nos diferentes níveis. Para tanto, compreendemos que é fundante que pesquisas de educação ambiental proporcionem espaços educativos comprometidos com a coordenação coletiva das ações, com o

diálogo verdadeiro (nos termos freirianos) e que estes ocorram tanto no âmbito interno, quanto na esfera pública.

## Referências

- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. **Aprendizaje dialógico em la sociedade de la información**. Barcelona: Hipatia, 2008.
- BOFF, L. **A águia e a galinha**. Uma metáfora da condição humana. 45 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BOFF, L. **Ética da Vida**. 2 ed. Brasília: Letra Viva, 2000.
- BOFF, L. Prefácio. In: FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 9-12.
- BOFF, L. **Saber Cuidar**: Ética do humano – compaixão pela terra. 16 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.
- CHAUI, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. **Estratégia de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Mato-grossense**: relatório preliminar. São Paulo: NUPAUB, 1992.
- DA SILVA, C. J. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB, 1995.
- DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 2001a.
- DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001b. p. 97-124.
- FLECHA, R. **Compartiendo palabras**. Barcelona: Paidós, 1997.
- FREIRE, P. **Conscientização**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. O Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, Ano IV, nº 9, Outubro, 1969, p. 123-132. Disponível em: [http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF\\_OPF\\_01\\_0003.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1127/FPF_OPF_01_0003.pdf) Acesso em: 20/10/2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. ;NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 1989.

GÓMEZ, A.; PUIGVERT, L.; FLECHA, R. Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research Critical. **Qualitative Inquiry** 17(3), 2011, p. 235-245.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. **Metodología comunicativa crítica**. Barcelona: El Roure Editorial, 2006. 149 p.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. v. 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Parte 1. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. 271 p. (Pensamento humano)

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**.1 ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Org.). **A Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOGAREZZI, A. J. M. Fundamentos de uma educação ambiental dialógico-crítica. In: MONTEIRO, R.; SORRENTINO, M.; JACOBI P. R. (orgs.) **Diálogo e transição educadora para sociedades sustentáveis**. São Paulo: IEE-USP / Ed. Na Raiz, 2020. p. 121-134.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

LOUREIRO, C. F. B.; FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. IN. LOUREIRO, C. F. B. TORRES, J. R. (Org.). **Educação Ambiental**. Dialogando com Paulo Freire. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (Org.). **Educação Ambiental**. Dialogando com Paulo Freire. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 256 p. (Pensamento Crítico, v. 9)

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. 1ª ed., 1ª reimpressão (out./2011). São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, C. C. C. **A exclusão sócio-econômica provocada pelo turismo na população ribeirinha de Cáceres - MT**. 2003. (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local e Regional) - Departamento de Geografia. UNEMT, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, H. Q. **Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do pantanal de Cáceres, Mato Grosso**. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, USP, 1999.

NASCIMENTO, I. Tempo da Natureza e Tempo do Relógio- Tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 11, n. 1, p. 5-18. 1995

PINHO, C. R. S.; DA SILVA, C. J.; SOUZA, S. C.; IRIGARAY, C. T. J. H. As comunidades tradicionais pantaneiras no contexto da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. In: DA SILVA, C. J. SIMONI, J. (Org.). **Água, biodiversidade e cultura no Pantanal**. Estudos ecológicos do sistemas de baias Chacororé – Sinhá Mariana. Cáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 207 - 220.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SOUZA, S. C. **Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso**: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais. 300

p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2017.

SOUZA, S. C.; LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 111-131, 2017.

SOUZA, S. C.; LOGAREZZI, A. J. M. Educação Ambiental e participação comunicativa: diálogos com pescadoras/es artesanais no Pantanal de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 332-353, 2018a.

SOUZA, S. C.; LOGAREZZI, A. J. M. O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na dialogicidade e na criticidade: reflexões teórica. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 2, pp. 101-116, 2018b.